

TVs exibem Sarney só após negociação

12 OUT 1988

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — As emissoras de televisão concordaram ontem, após intensas negociações com o Palácio do Planalto, em transmitir o programa BR-TV, noticioso oficial da Presidência da República, de três minutos, que vai ao ar de segunda a sexta-feira em rede nacional. A decisão só foi tomada no final da tarde, e, segundo o presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Joaquim Mendonça, com a perspectiva de que o programa seja abandonado nos próximos dias.

“Há repetição na divulgação das notícias oficiais, pois o BR-TV veicula aquilo que os telejornais vão transmitir logo em seguida”, argumentou Mendonça. Segundo ele, o porta-voz da Presidência, Carlos Henrique de Almeida Santos, ficou muito desgastado com o atrito criado entre o governo e as emissoras de televisão.

Se não houvesse acordo entre a Abert e a Presidência da República, as emissoras pretendiam agir isoladamente em boicote ao programa. “A emissora lesada é que deve tomar uma atitude”, afirmou o diretor da Abert em Brasília, Cauby Oliveira.

Segundo a Abert, Almeida Santos convocou a rede nacional para transmitir o BR-TV

com base no Decreto 84.181, de 12 de novembro de 1979, que mudou o Artigo 87 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, e regulamenta os serviços de radiodifusão do País. Pelo Artigo 87, os presidentes dos três Poderes e ministros de Estado podem convocar rede nacional, regional ou local para “preservação da ordem pública, da segurança nacional e interesse da administração”.

Foi a expressão “interesse da administração”, incluída em 1979 pelo presidente Figueiredo, que permitiu ao porta-voz do presidente Sarney convocar a rede nacional. Para contrapor a isso, a Abert pretendia invocar o Artigo 47 da Constituição, que proíbe a propaganda de governo.

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) disse que se o Poder Executivo usa tempo gratuito nas emissoras de televisão, o Legislativo e o Judiciário também devem usar para “manter estreita comunicação com a sociedade sobre todos os temas que lhe dizem respeito”. Para que não haja privilégios, Mansueto sugeriu que seja entendido ao Legislativo o tempo de que o Executivo dispõe, com alternância dos dias dos programas ou divisão do tempo diário entre os dois poderes em partes iguais.

Porta-voz some para não dar explicações

BRASÍLIA — O porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Almeida Santos, usou ontem de um velho artifício para não informar sobre o BR-TV: desapareceu. No início da tarde, surpreendido no corredor do 4º andar do Planalto, ele deu apenas uma rápida declaração ao Congresso e saiu rapidamente sem olhar para trás. Na saída, ele deu um passo atrás que cortou o caminho para os jornalistas, e a partir daí não deu mais explicações. O porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Almeida Santos, usou ontem de um velho artifício para não informar sobre o BR-TV: desapareceu. No início da tarde, surpreendido no corredor do 4º andar do Planalto, ele deu apenas uma rápida declaração ao Congresso e saiu rapidamente sem olhar para trás. Na saída, ele deu um passo atrás que cortou o caminho para os jornalistas, e a partir daí não deu mais explicações.

que não chega a Cz\$ 100. Isso além de oferecer seis trajés inicialmente, com mais duas roupas novas por mês e direito a cabelereiro gratuito.

INÚTIL

O presidente Sarney vai assinar hoje o “pacote ecológico”, que prevê a criação de uma comissão para estudar a possibilidade de criação de uma reserva ecológica em terras do governo federal. O pacote também prevê a criação de uma comissão para estudar a possibilidade de criação de uma reserva ecológica em terras do governo federal. O pacote também prevê a criação de uma comissão para estudar a possibilidade de criação de uma reserva ecológica em terras do governo federal.